



1290000384



IE

TCC/UNICAMP L628r

*João Antônio Patelli Lima*



UNICAMP

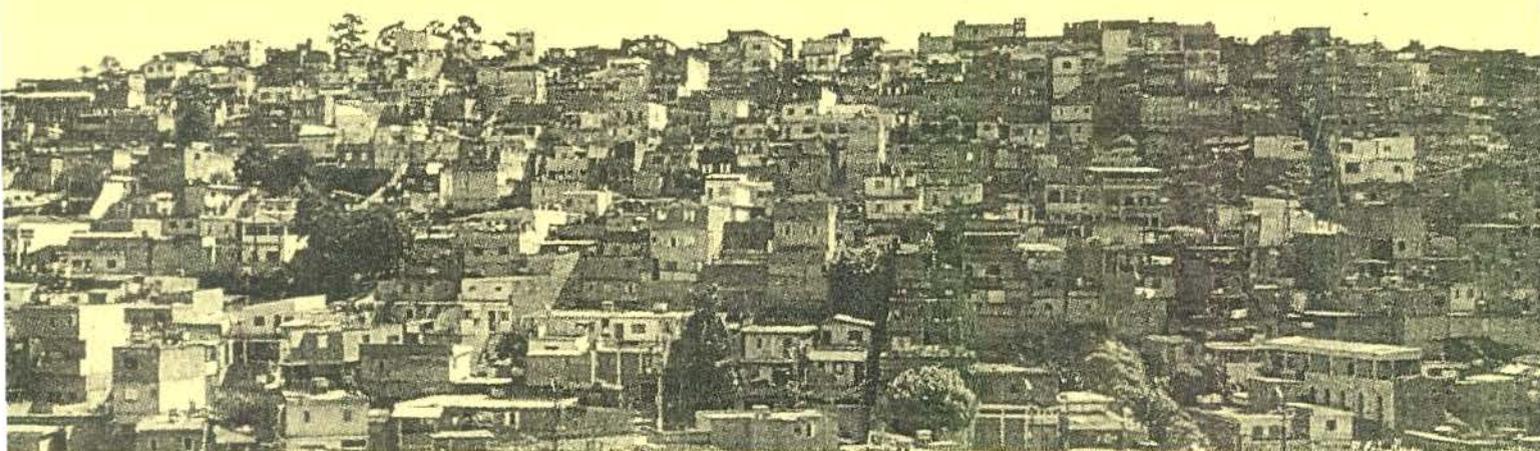
Universidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia

CE – 851 Monografia II

*200334599*

# Rap e Crise Juvenil em São Paulo na Década de 90



Orientador: Prof. Waldir Quadros

*Rev. 2002*

Marília Patelli J. de S. Lima RA 981760

TCC/UNICAMP  
L628r  
IE/384

**CEDOC/IE**

## **Índice**

Introdução.....	3
<i>Capítulo I</i>	
1. Contexto sócio- econômico brasileiro de 1930-80.....	8
1.1. Mobilidade Social dos anos 30/80.....	9
1.2. Mudanças estruturais e o reflexo sobre os valores da sociedade.....	14
1.3. Os Anos 90.....	17
<i>Capítulo II</i>	
2. Crise Social e Jovens.....	22
2.1. Violência.....	22
2.2. Mercado de Trabalho.....	24
2.3. A Alternativa.....	27
<i>Capítulo III</i>	
3.1. As origens do Movimento Hip Hop.....	30
3.2. O rap.....	32
3.3. O caso brasileiro.....	33
<i>Considerações Finais</i> .....	37
Bibliografia.....	41

## Introdução

Esta monografia pretende estudar a repercussão das mudanças sócio-econômicas ocorridas no Brasil na década de 90 sobre o segmento jovem da população – de 15 a 24 anos – da Região Metropolitana de São Paulo, tendo como questão central o papel desempenhado pelo movimento Hip Hop, mais especificamente o rap, nos bairros de periferia com estes jovens.

Para se compreender a ‘crise juvenil’ latente dos anos 90– tendo o segmento jovem da Região Metropolitana de São Paulo como objeto de estudo - faz- se necessário ter as mudanças sócio- econômicas ocorridas no Brasil desde a década de 50 como pano de fundo (sem deixar de resgatar os acontecimentos da década de 30, com Getúlio Vargas). Destacando a perspectiva negativa que o mercado de trabalho oferece aos jovens de periferia, as mudanças de valores provocados na sociedade – e como as famílias foram afetadas - e a questão da violência que afeta dramaticamente este segmento social. Para incorporar estes fatos a uma realidade concreta, o estudo do movimento cultural da periferia, mais especificamente o rap - um dos elementos do movimento Hip Hop – se amolda muito bem a proposta de compreender esta crise juvenil. Este movimento vem crescendo e ganhando força na periferia, principalmente entre este segmento jovem da população, pelo fato do rap, especificamente, sintetizar uma forma singular dos jovens de periferia ‘lutarem’ contra esta perspectiva de violência e dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, utilizando uma linguagem que os jovens conhecem e tratando de assuntos do cotidiano, não de maneira passiva mas incorporando um discurso transformador que explicita a necessidade de mudanças.

O rap é uma forma de protesto que ajuda na formação das novas gerações - também conhecido como a “música que salva” - e faz com que elas tenham uma

perspectiva de futuro melhor. Daí o motivo do 'rap' ser o objeto de estudo desta monografia.

Em síntese, este trabalho pretende esboçar o panorama da crise juvenil na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90, esforçando-se para explicitar o papel positivo rap e de outros elementos da cultura popular entre os jovens das regiões periféricas.

*Tá aí o filme, uma negra e uma criança nos braços  
Solitária na floresta de concreto e aço  
Veja, olhe outra vez o rosto na multidão  
A multidão é um mostro sem rosto e coração*

*Hei São Paulo terra de arranha céu  
A garoa rasga a carne é a torre de babel  
Família brasileira, dois contra o mundo  
Mãe solteira de um promissor vagabundo  
Luz câmera e ação, gravando a cena vai  
O bastardo, mais um filho pardo sem pai*

*Hei, sem de onde vem eu sei bem quem você é  
Sozinho cê não aguenta, sozinho cê num guenta  
cê disse que era bom e a favela ouviu  
Wisk, Red Bull, tênis Nike, fuzil  
Admito, seus carro é bonito, é, e eu não sei fazer  
Internet, vídeo cassete, os carro loko  
Atrasado eu to um pouco, sim to, eu acho  
Só que tem que...  
Seu jogo é sujo e eu não me encaixo  
Eu sou problema de montão de carnaval a carnaval  
Eu vim da selva sou leão, sou de mais pro seu quintal  
Problema com escola eu tenho mil, mil fita  
Inacreditável, mas seu filho me imita  
No meio de vocês ele é o mais esperto  
Xinga e fala gíria, gíria não, dialeto*

*Esse não é mais seu, ó [assobio] subiu  
Entrei pelo seu rádio, tomei, cê nem viu  
Mas é isso aquilo, que, cê num dizia  
Seu filho quer ser preto, ahhh que ironia  
Cola o pôster do 2pac aí, que tal que cê diz?  
Sente o negro drama vai tenta ser feliz  
Hei bacana quem te fez tão bom assim  
O que cê vê? o que cê faz? o que cê fez por mim?*

*Eu recebi seu tick, quer dizer kit  
De esgoto a céu aberto e parede maderite  
De vergonha eu não morri, to firmão, eis me aqui  
Você? Não, cê não passa quando o mar vermelho abrir  
Eu sou humano homem duro no gueto o Brown, oba  
Aquele loko que não pode errar  
Aquele que você odeia mahh, nesse instante  
Pele parda e ouço funk, ví de onde veio os diamante  
Da lama, valeu mãe negro drama  
Trama...*

Trecho da música "Negro Drama", Racionais MC's

# Capítulo I

## **1. Contexto sócio- econômico brasileiro de 1930-80**

Em 1930 o governo Vargas apresentava uma política ativa de desenvolvimento econômico com autonomia, baseada na industrialização rápida com inversões públicas e privadas, reservando um papel estratégico para a indústria de base estatal.

No entanto, este projeto não conseguiu superar as dificuldades de financiamento – sintetizadas na impossibilidade de expansão das bases tributárias e de estruturação de um setor financeiro nacional – e o desinteresse da burguesia nacional em estabelecer uma indústria de base. A este quadro, somava-se o problema de domínio tecnológico - necessário para o projeto avançar nos moldes propostos de desenvolvimento econômico com autonomia nacional.

Nos últimos anos da década de 50, com Juscelino Kubitschek no governo, as dificuldades de financiamento e a questão da tecnologia presentes no governo de Vargas são “superadas”. Kubitschek lança mão de grandes empresas multinacionais e de capital externo para a implementação de seu projeto desenvolvimentista, sintetizado no Plano de Metas.

O Plano implementou importantes mudanças estruturais, tendo a indústria de bens de capital realizado um salto considerável, juntamente com o setor produtor de insumos básicos, concomitantes com a instalação de um complexo setor de serviços urbanos. Não houve, por outro lado, a realização de projetos específicos para a área agrícola e de educação.

O final dos anos 60 e início dos 70 foi um período onde observou-se um acelerado crescimento econômico com baixas taxas de inflação, o chamado “Milagre Brasileiro”, que encontrou dificuldades para sua continuidade na excessiva dependência financeira externa e necessidade crescente de importações em um ambiente, no início dos anos 70, de retração da disponibilidade de recursos externos. Ao longo da década de 70 o clima de

euforia dos anos do Milagre ainda persistia, no entanto diante de uma tentativa frustrada de reorganizar a expansão capitalista no país (II PND), houve um processo de forte endividamento (principalmente de empresas estatais) - acompanhado pela crise financeira e monetária, iniciada em 1974 com a "crise do petróleo", no cenário internacional - desembocando na crise da dívida externa do país nos anos 80. Conseqüentemente, na tentativa de "salvar o setor privado nacional, as empresas produtivas e os bancos, o autoritarismo plutocrático não exitou em quebrar o Estado e promover um ajuste externo que, na prática, significou estagnação econômica e alta inflação"<sup>1</sup>

Pode-se afirmar que o modelo de desenvolvimento econômico adotado no período de 1930 a 1980, não estruturou formas de organização capitalista capazes de assegurar um mínimo de autonomia e de capacidade de inovação à economia brasileira. O auge do processo de industrialização esteve apoiado na grande empresa multinacional, nas empresas estatais situadas nos setores de base e na empresa nacional privada desvinculada de um sistema bancário nacional e com uma capacidade de financiamento e inovação tecnológica muito frágil. Nos anos seguintes à década de 50, reproduziu-se este comportamento de adequação a estas fragilidades, sem o objetivo de superá-las, acentuando-se crescentemente a situação de dependência econômica do país.

### **1.1. Mobilidade Social dos anos 30/80**

Durante as décadas de 30 a 70, o Brasil passou por fortes transformações sócio-econômicas baseadas no processo de industrialização, principalmente a partir da década de 50, quando o crescimento econômico acelerado permitia forte mobilidade social, alterando conseqüentemente a configuração da estrutura social – agrária e urbana.

---

<sup>1</sup> Cardoso de Mello, J. M. e Novais. 1998.

Houve neste período um processo de mobilidade intrinsecamente relacionado às poucas oportunidades de trabalho oferecidas no campo e à dinâmica do espaço urbano onde o investimento, negócios e oportunidades de trabalho surgiam, favorecidos pela postura do Estado a partir dos anos 30.

No campo, a manutenção do controle do acesso a terra por uma minoria, acentuando a concentração fundiária, era condição para a superexploração do trabalho, e reflexo das transformações capitalistas (aceleradas a partir dos anos 60), o que reduziu ainda mais a possibilidade da massa trabalhadora rural se reproduzir como pequenos proprietários ou arrendatários. As famílias rurais, na tentativa de manter uma "reprodução adequada" recorriam ao assalariamento temporário e em atividades urbanas. Pode-se afirmar que esta transformação capitalista provocou violenta expulsão do campo – criando espaço para a reprodução do mercado de trabalho urbano que era (e é) caracterizado por excesso de mão de obra e baixos salários de base - reforço do monopólio da terra, pobreza para grande parte dos pequenos produtores e trabalhadores agrícolas assalariados.

A urbanização e a industrialização, aceleradas com o Plano de Metas, multiplicaram as oportunidades de investimentos à disposição do empresariado nacional, que já dispunha de algum capital ou acesso a crédito. Houve expansão do sistema bancário, que passou a financiar ativamente o consumo; houve expansão dos investimentos nas indústrias tradicionais de bens de consumo, na indústria de construção civil e o surgimento de pequenas e médias empresas.

Assim, a classe média passa a ser constituída por técnicos ligados às grandes empresas, os antes médios proprietários sobem em direção ao empresariado. O trabalhador qualificado tenta fugir da sua condição de proletário, para se tornar um pequeno empresário ou um trabalhador autônomo.

Na década de 50 o migrante rural na cidade tem acesso a melhores condições de vida do que no campo - acesso ao sistema público de saúde, ao ensino primário, que mesmo sendo de baixa qualidade, era melhor do que nada. Trabalha em ocupações, em geral, sem carteira assinada. Neste nível inferior da escala social, o migrante rural e os descendentes de escravos se encontram na base do mercado de trabalho. As possibilidades de ascensão destes trabalhadores comuns são bastante limitadas.

No período do Milagre Brasileiro, as desigualdades de renda e consumo foram expandidas, com favorecimento das classes de renda média e alta. Neste contexto de elevado dinamismo econômico, observou-se um movimento de rápido crescimento de empregos no meio urbano. No entanto, ao mesmo tempo em que empregos em áreas como administração e publicidade eram altamente valorizados comprimia-se salários de base, dos trabalhadores de baixa qualificação que representavam a grande massa de trabalhadores urbanos. Os impactos sociais da expansão da concentração de renda que se observou foram amenizados pela expansão das oportunidades de empregos urbanos, uma vez que, devido à compressão do salário de base, em geral, individualmente se ganhava menos.

Neste período de dinamismo econômico, as possibilidades de ascensão social ainda eram presentes e também acompanhadas pelos fortes monopólios sociais - acentuados consideravelmente no pós- 64 - fazendo com que as possibilidades de ascensão continuassem extremamente desiguais.

Após o Golpe de 64, os primeiros passos em direção à acentuação e consolidação de uma sociedade deformada e regida pelos detentores de riqueza eram dados. Durante o regime militar estimulou-se e garantiu-se o crescimento econômico rápido distribuindo incentivos, créditos subsidiados, investindo em obras públicas urbanas; ao mesmo tempo em que se expulsava milhares de pessoas do campo, comprimia-se salários de base e os sindicatos eram reprimidos. Criaram-se tímidas políticas sociais de saúde, educação,

previdência – que não garantiam a todos os cidadãos o acesso a condições (socialmente e historicamente) mínimas de moradia, saúde, educação e cultura - baseadas em um sistema de tributação regressivo e injusto, onde os assalariados deveriam pagar pelo que estavam 'recebendo' do governo e este, por sua vez, não se importava com a qualidade dos serviços que eram oferecidos à população.

Em outras palavras, os monopólios sociais – isto é, a manutenção do acesso à saúde, cultura, educação e habitação de boa qualidade restrito a um pequeno grupo economicamente privilegiado da sociedade – foram acentuados pelas tímidas políticas nestas áreas acompanhadas pela aceleração do processo de concentração de renda e da acentuação das desigualdades sociais que se observou no período após o Golpe Militar de 64. Mas desigualdades estas que já se encontravam enraizadas na sociedade brasileira, uma vez que interesses econômicos e políticos dos detentores de riqueza e poder - senhores de escravos, traficantes de escravos, cafeicultores, comissários, da plutocracia da Primeira República –sempre predominaram no país.

Em períodos de forte crescimento econômico as tensões sociais provocadas pelo rápido processo de urbanização e modernização são acomodadas, e especificamente no período em questão estas tensões foram amenizadas também pelo processo de expansão de fronteiras, mobilidade social da população e pela desconcentração produtiva que se observou.

Houve no período de 50 a 80 a geração de ocupações a taxas muito elevadas, viabilizada pela rápida industrialização do período. Porém o baixo dinamismo dos anos 80 levou a queda do ritmo de crescimento das ocupações, principalmente dos postos de trabalho assalariado nas empresas do núcleo da economia

Nos anos 80, com o rompimento do dinamismo econômico e acelerada inflação, há uma estagnação da mobilidade social (explicitada pela redução das oportunidades e

pela menor permeabilidade na estrutura social.) - o único componente estrutural do país de melhoria do acesso às condições mínimas de moradia, educação saúde e cultura na desigual sociedade brasileira – acentuando a pobreza associada às necessidades sobrevivência. Esta década foi marcada pelas lutas a favor da expansão dos direitos sociais básicos, que chegaram a apresentar sucesso no campo constitucional e em algumas ações sociais do governo. No entanto a dinâmica econômica e política se encarregaram de solapá-los.

Na década de 80, ocorreu uma ampliação dos níveis de emprego no Estado amparada, em grande medida, no rebaixamento dos salários, nas atividades sociais e administrativas e em serviços de utilidade pública. Houve, vale ressaltar, um empobrecimento significativo da população. Por outro lado, houve um processo de ampliação do consumo da camada de altas rendas – acompanhando o enriquecimento e acentuação da concentração de renda – que aumentou o número de empregos e trabalho ligados ao gasto e estilo de vida dessa camada. Isto evitou uma deterioração mais significativa do perfil da estrutura ocupacional do país, como foi observada nos anos 90.

## **1.2. Mudanças estruturais e o reflexo sobre os valores da sociedade**

Antes de dar início ao desenvolvimento deste tópico, gostaria de ressaltar que este foi apoiado no artigo *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna* de Cardoso de Mello e Novais de 1998.

As formas de organização capitalista determinam a hierarquia dos postos de trabalho- que por sua vez se assenta na riqueza e na renda-, que proporcionam diferentes remunerações. O valor do ócio - herança característica da escravidão- que marcou a formação cultural do país se transfigura, a partir da década de 50, na idéia do trabalho como meio de obter conforto material. O valor do progresso, seja do país ou individual, é incorporado de forma mecânica, ou seja: os padrões de consumo e de estilo de vida dos superiores são incorporados pela cama da inferior. Institui- se uma sociedade de consumo, principalmente a partir da década de 50, com o *american way of life*, onde identifica- se progresso como sinônimo de estilo de vida, e relega a segundo plano o desenvolvimento de aspectos econômicos, políticos e morais que caracterizam uma sociedade desenvolvida, onde todos os cidadãos têm acesso aos benefícios proporcionados pelo crescimento econômico do país.

A década de 50 iniciou o país na combinação da incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência de traços singulares ao nosso povo como a cordialidade, a criatividade e a tolerância. Até então, valores como a construção da nação e da civilização brasileira estavam presentes na sociedade, inspirados por formas de pensamento anti- individualista – decorrentes do conjunto de ideais do solidarismo cristão, do trabalhismo de feição positivista, do socialismo, do comunismo. Havia um sentimento

nacionalista que soldava as aspirações dos funcionários públicos, trabalhadores, setores da classe média, permitindo controlar os interesses do setor exportador e criar as condições para o salto industrializante de JK.

As mudanças no padrão de consumo e aquelas geradas pela penetração dos valores capitalistas na sociedade brasileira, interferem conseqüentemente com a questão dos valores morais, da relação com o próximo, do vínculo dos trabalhadores com suas ocupações, etc. O quadro sócio- econômico inicial extremamente precário para a grande maioria da população brasileira, e com a sobreposição de rápidas mudanças das posições sociais e dos padrões de consumo – em um contexto autoritário – contribuiu para a “percepção de melhoria das condições individuais e reforçar o comportamento e valores individuais associados à ascensão e ao consumo material”<sup>2</sup>. A publicidade – melhor instrumento para demonstrar o funcionamento desta racionalidade - teve um papel fundamental no surgimento desta ‘nova sociedade’, ao criar falsas necessidades, mantendo o consumidor constantemente ansioso (fator fundamental da engrenagem estrutural do modo de produção capitalista vigente e acentuada no presente).

Vale destacar o papel dos meios de comunicação de massa que também exercem uma forte influência, ao desempenharem papel fundamental na formação da sociedade como importantes difusores de valores morais, estéticos e políticos, determinantes das atitudes e comportamentos dos indivíduos e da coletividade.

Após o Golpe de 64, houve a monopolização dos meios de comunicação por um pequeno grupo de grandes empresas. Com a instituição de um sistema de ensino fraco, que não visava a formação de um cidadão politizado, criava-se um leitor de jornais e revistas “vulnerável”, com acesso restrito às fontes de informações submetidas aos interesses materiais, políticos e culturais desses proprietários dos meios de comunicação. Os donos do poder – grandes empresas multinacionais, proprietários dos meios de

comunicação, industriais, o grande empresário – com o Golpe de 64 não só mantiveram seu poder econômico e político, como os ampliaram.

Observa-se assim que ao mesmo tempo em que o rápido crescimento industrial ampara valores positivos tais como o trabalho como fim em si ou, com a mudança do padrão de consumo, o da necessidade dos cuidados de si, este movimento no entanto não ampara valores como os direitos do cidadão, de desenvolvimento espiritual e cultural.

O sentimento de nacionalismo ainda se vê presente na década de 70, mesmo que de uma maneira deturpada (“Brasil, ame- o ou deixe- o”). Após a abertura democrática da década de 80, as características de nosso capitalismo periférico vieram a tona: as bases frágeis que o país assenta sua vida social e a permanência do caráter plutocrático no Estado ao mesmo tempo em que criou- se a ilusão de que os nossos problemas se deviam exclusivamente à ditadura militar.

O movimento das ‘Diretas Já’ na década de 80 exigia muito mais do que a volta às eleições diretas, desejava-se um outro modelo social de desenvolvimento, que necessitava de um regime democrático verdadeiro. Este movimento fracassou pois mudou- se apenas o regime de governo e não as bases sobre as quais este estava assentado.

O golpe de 64 proporcionou as condições para que todas as contradições históricas no país viessem, anos mais tarde, à tona de maneira muito brusca. Em 1980, com o fim do crescimento rápido, as desigualdades relativas em termos de renda e riqueza eram muito maiores no Brasil do que nos países desenvolvidos.

No país, convive- se com o moderno numa sociedade atrasada, onde prevalece o efeito da inexistência de um sentimento de solidariedade social capaz de mobilizar a

---

<sup>2</sup> Henrique.1999

população, de estabelecer freios morais ao comportamento individualista dominante de sempre que possível tirar vantagem.

Com o quadro de baixo crescimento econômico presente durante todo os anos 80, os comportamentos competitivos e defensivos da sociedade foram exarcebados. Isto na presença de fortes “monopólios sociais” contribuiu para a distensão do tecido social, ao acentuar ainda mais as desigualdades da sociedade no período.

### **1.3. Os anos 90**

As décadas de 80 e 90 explicitam a debilidade financeira e tecnológica que se tentou contornar com a rápida industrialização “associada”, e representam anos de forte regressão econômica que têm como ponto de chegada a ‘era do neoliberalismo triunfante’.

Em 90 há um novo modelo de desenvolvimento econômico vigente, que busca a inserção externa do país - em um momento de facilidade de acesso a crédito externo, de globalização das relações internacionais e busca conjunta para recuperação do dinamismo do comércio internacional – visando a construção de um sistema industrial dinamicamente competitivo.

Assim, a promoção da modernização das grandes empresas industriais baseada na abertura comercial indiscriminada, com os ideais “liberalizantes” vigentes - num quadro de recessão econômica e ausência de uma política industrial para reestruturação do setor e, a partir de 1994, com o Plano Real, a sobrevalorização cambial e maior elevação das taxas de juros internas – provocou um processo de desestruturação do setor industrial nacional.

No setor industrial, a busca pela redução constante dos custos microeconômicos alicerçava a elevação de importação de insumos, componentes e de bens finais, assim como a reorganização da produção baseada na terceirização de parte do processo produtivo e de serviços de apoio e redução dos níveis hierárquicos. No entanto, o que se observou na prática foi uma atrofia do setor, uma vez que diante de facilidades de acesso a produtos de elevado valor agregado e insumos importados – com o câmbio valorizado – a baixo custo, houve um comprometimento das atividades produtivas mais complexas e ampliação de déficits comerciais em vários ramos. E acompanhando o processo de modernização, em geral, da maioria dos setores industriais houve uma deterioração da situação do já precário mercado de trabalho.

Logo, a ausência de inovações tecnológicas que deveriam ser incorporadas no conjunto de cadeias produtivas relevantes (que não foram destruídas pela competição externa), juntamente com o comprometimento de setores de eletro- eletrônicos e de bens de capital, impediram a estruturação de um sistema industrial dinamicamente competitivo.

Diante de um quadro marcado pelo baixo dinamismo econômico, regressão da base industrial, colapso financeiro do Estado e dependência de fluxos de capital externo constantes para financiar o déficit no balanço de pagamentos, a situação social já extremamente negativa, se agravou. Como bem explicita Cardoso de Mello:

*“Nos países desenvolvidos, o neoliberalismo cumpriu a função de justificar e de promover a ativação do dinamismo da concorrência, necessária para levar adiante a III Revolução Industrial. Nesse sentido, pode-se dizer que a retirada da proteção de certos setores capitalistas e a flexibilização do mercado de trabalho tiveram efeitos econômicos construtivos. E, acrescenta-se, os efeitos sociais destrutivos foram parcialmente contrabalançados pelo crescimento econômico e amortecidos pelo alto nível de renda e pela*

*homogeneidade da sociedade. Aqui, ao contrário, a lógica espontânea do mercado é da regressão econômica, da decadência social e da barbárie política”<sup>3</sup>*

Após a crise econômica dos anos 80 - que rompe com o dinamismo presente na economia brasileira desde os anos 50 e inicia um período de convivência com a estagnação econômica e aceleração inflacionária, observa-se nos anos 90 uma forte ampliação das desigualdades sociais, reforçada pela destruição de postos de trabalho.

A deterioração do mercado de trabalho, que deve-se em parte à modernização dos serviços e da indústria verificada nos anos 90, somada ao inchaço das cidades e à recessão prolongada dos anos 80, levou os migrantes - recentes e antigos - a se “integrarem” ao considerável contingente de subempregados e desempregado estruturais já existente. Isto porque o processo de modernização produtiva provoca uma crescente liberação de mão-de-obra, mesmo nos momentos de crescimento econômico e aumento dos investimentos produtivos.

Este desempenho crescente da taxa de desemprego é impulsionado pela política de racionalização produtiva buscando maior eficiência através da redução de custos e da modernização tecnológica engendrada pelo setor industrial. O desemprego atinge trabalhadores comuns e qualificados, assim como profissionais de nível superior e funcionários intermediários, e é acompanhado pelo crescimento do trabalho autônomo precário e de remuneração baixa e incerta – movimento de informalização da ocupação.

Nos últimos anos da década de 80, e início dos 90, a sociedade brasileira já era extremamente desigual – de riqueza, renda e poder – e é esta mesma estrutura social que se deteriora, expressa no peso crescente de empregos de pior qualidade no mercado de trabalho.

---

Cardoso de Mello (1992:67)

Como bem expressa Henrique:

*“Nos anos 90, a multiplicação de emprego de pior qualidade não foi evidentemente capaz de se contrapor à violência da destruição de ocupações promovida pelo baixo crescimento, combinado agora com a ‘modernização’”<sup>4</sup>*

Com a taxa de desemprego crescente acompanhada do movimento descendente de mobilidade social e padrão de consumo (e de vida), há o agravamento de comportamentos competitivos na sociedade, que não se limitam ao campo econômico, esgarçando ainda mais o tecido social já fragilizado, vide o aumento dos níveis de violência nas grandes cidades – não restrito apenas às cidades dos países da periferia do sistema capitalista.

---

<sup>4</sup> Henrique (1999:178)

## Capítulo II

## **2. Crise Social e Jovens**

Desde a década de 90 uma crise de reprodução social vem sendo drasticamente acentuada, tendo como um dos reflexos diretos a crescente dificuldade que o segmento popular jovem da população, de 15 a 24 anos, vem enfrentando para a manutenção das condições sociais mínimas. Tendo como cenário base a Região Metropolitana de São Paulo, cabe este capítulo introduzir questões como a dificuldade do acesso ao mercado de trabalho para os jovens e a questão da violência juvenil, para embasar e situar o papel do movimento cultural dos jovens de periferia - mais especificamente a expressão musical do movimento Hip Hop, o rap - dentro deste cenário de crise social.

### **2.1. Violência**

Assiste-se atualmente a um movimento de pulverização da violência, que encontra no cultivo da apatia, na ausência de perspectivas, na quebra de valores (como a tolerância e a solidariedade), elementos que aceleram e acentuam, de maneira significativa, a atual crise social. Esta onda crescente de violência e as recentes transformações socioeconômicas, são acompanhadas das mudanças culturais – de consumo, de padrões comportamentais, do aumento do consumo de drogas, dos hábitos sociais – intrínsecas ao processo de globalização econômica.

A inserção da violência na vida cotidiana dos moradores dos grandes centros urbanos ocorre concomitantemente com o processo de banalização do tema nos meios de comunicação. Segundo Zaluar houve, de um modo geral, nos anos 90 a difusão - por parte da mídia - de imagens das cidades como sendo um ambiente violento, onde os sentimentos de medo e insegurança (dela decorrentes) passaram a fazer parte do cotidiano de seus moradores. No entanto os mais atingidos são os moradores da periferia

das cidades, particularmente o segmento jovem desta população. Alimenta-se assim um quadro paradoxal onde os que mais sofrem enquanto vítimas da violência são também os mais apontados como seus agentes.

As elevadas taxas de mortalidade juvenil - mais especificamente as atribuídas às causas violentas - assim como o aumento da criminalidade no grupo etário de 15 a 24 anos, comprovam este quadro. Segundo dados da UNESCO<sup>5</sup>, no ano de 1980 foram registrados 27.464 homicídios dos quais 7.524 corresponderam a jovens (com idade entre 15 a 24 anos) e no ano 2000, dos 46.027 homicídios registrados, 17.797 foram de jovens. A taxa de homicídios entre os jovens passou de 30,0 (em cada 100 mil jovens) em 1980 para 52,1 no ano 2.000, apresentando uma trajetória de crescimento de 73,6%. Esses números colocam o homicídio como a principal causa de morte de jovens no país.



Fonte: UNESCO – Brasil (Fevereiro 2002). *Mapas da Violência III: Os Jovens do Brasil*

<sup>5</sup>Dados divulgados em 2002, obtidos no relatório *Mapas da Violência III: Os Jovens do Brasil* realizado pela UNESCO, em parceria com o Instituto Ayrton Senna e o Ministério da Justiça.

O crescimento da taxa de mortalidade juvenil, além de representar um grau de violência extremo, reflete modos deteriorados de sociabilidade, circunstâncias políticas e econômicas desfavoráveis, assim como os mecanismos de negação da cidadania acentuados. Vale destacar também que paralelamente a este movimento das taxas de mortalidade juvenil, a falta de opções e perspectiva para estes jovens tem se refletido também na população carcerária do país, que cada vez mais agrega percentual crescente de jovens.

A situação da Região Metropolitana de São Paulo – região de maior concentração industrial do país – se agravou, como reflexo direto das mudanças econômicas, da composição do setor ocupacional, explicitando-se diretamente nos índices de desemprego e da falta de perspectiva social dos jovens, especialmente os que vivem nas periferias das grandes cidades.

## **2.2. O mercado de trabalho**

O crescimento dos números relacionados à violência juvenil indica uma elevada relação com a falta de perspectiva social e com o elevado índice de desemprego e desocupação.

As condições adversas refletidas no mercado de trabalho recaem principalmente sobre o segmento jovem de 15 a 19 anos. Segundo dados divulgados pelo IBGE obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), observa-se que na Região Metropolitana de São Paulo a população juvenil de 15 a 19 anos, no período de 1992 a 1999, cresceu 23%, enquanto o crescimento deste segmento da população no agregado nacional foi de 16%. Em números absolutos a população de 15 a 19 anos em

1992 era de 1.495.000 e em 1999 passou a ser de 1.843.000 na Região Metropolitana de São Paulo (Quadros, 2002).

Quanto ao comportamento da População Economicamente Ativa (PEA) de 15 a 19 anos, observa-se que esta apresentou na região metropolitana um crescimento de 9,9% no período de 1992 a 2001, enquanto no interior do estado de São Paulo foi de 3,5%.

Este forte crescimento populacional do segmento juvenil acompanhado pela retração na criação de novas ocupações (como reflexo direto das mudanças econômicas e das mudanças na composição do setor ocupacional em geral), provoca crescimento da desocupação juvenil. No ano de 1992 na Região Metropolitana de São Paulo 252 mil jovens entre 15 e 19 anos encontravam-se desocupados e no país este número era de 1621 mil, segundo dados da PNAD; no ano de 2001 estes números eram 383 e 2550 mil respectivamente. Logo, houve um crescimento de 57% do número de jovens de 15 a 19 anos desocupados no país e na Região Metropolitana este crescimento foi de 52% neste intervalo de tempo. Em relação à PEA juvenil na Região Metropolitana de São Paulo entre os jovens de 10 a 24 anos, o desemprego atingiu em 2001 28,4% da mesma, enquanto no agregado nacional esta taxa foi de 21,7%.

Ademais, o maior crescimento da desocupação juvenil diz respeito àqueles que não conseguiram a primeira ocupação, seguido dos jovens que perderam o emprego nos anos anteriores e não chegaram a reingressar no mercado de trabalho (Quadros, 2002). Segundo dados da PNAD, no período de 1992 e 2001 houve o crescimento de 112% do número de jovens sem a primeira ocupação na Região Metropolitana, crescimento este menos acentuado do que o observado no Estado (146%) e interior (214%) de São Paulo.

Para aprofundar a análise da problemática de desemprego juvenil, pode-se buscar a origem familiar dos jovens que se encontram desocupados e para aqueles jovens que se encontram ocupados observar-se os que estão ocupados em ocupações precárias. Ambos os segmentos pertencem à massa urbana da população.

Através da agregação dos grupos familiares dos jovens observa-se que há um comportamento de concentração de elevadas taxas de desocupação juvenil em grupos familiares de baixa renda que vivem em áreas urbanas. Na Região Metropolitana de São Paulo, observa-se em 1999 a concentração de aproximadamente 73% dos jovens desocupados de 15 a 19 anos em famílias situadas na massa trabalhadora urbana -isto é, os grupos familiares urbanos de baixa renda onde se encontram os operários, a baixa classe média, empregadas domésticas, trabalhadores autônomos (Quadros, 2002).

A massa trabalhadora urbana, assim como concentra a maior parte dos jovens desocupados, concentra também grande parte dos jovens ocupados – ocupados em ocupações precárias. Na Região Metropolitana de São Paulo do total de jovens ocupados em 2001, 64,5% são oriundos de famílias da massa trabalhadora urbana.

Estes dados apresentados acima acabam por ratificar a problemática do desemprego juvenil que se acentuou nos anos 90 em especial na Região Metropolitana de São Paulo.

O desemprego juvenil pode ser tomado como um indicador da gravidade e profundidade da atual crise social. As dificuldades para a inserção no mercado de trabalho são particularmente acentuadas a uma grande maioria de jovens “despreparados” da sociedade, na sua grande maioria oriunda de famílias da massa trabalhadora urbana, fomentando um cenário muito mais crítico e pessimista no futuro para grande parte da juventude do país.

Parcela significativa destes jovens vive em regiões periféricas das grandes cidades onde o crime, as violências de diversos tipos (criminal, doméstica, institucional), o tráfico de drogas se fazem presentes no seu cotidiano.

Mesmo o vínculo violência/ desemprego não podendo ser diretamente estabelecido, sabe-se pelos dados relativos à violência e desemprego juvenil apresentados acima, que esta ausência de perspectiva social vem, de alguma forma, provocando o acentuamento da exclusão juvenil – econômica e social.

Na Região Metropolitana de São Paulo este quadro se apresenta de maneira ampliada, por representar a área de maior concentração industrial do país as conseqüências da reestruturação econômica e das mudanças na estrutura ocupacional são refletidas diretamente.

### **2.3. A Alternativa**

Para se ter idéia do impacto da violência sobre o jovem da periferia no Brasil, um retrato peculiar é o movimento Hip Hop, interessado em construir algum sentido de comunidade frente à violência e à miséria características da periferia das grandes cidades. Dentro deste movimento, o rap – um de seus elementos – se destaca por ser uma expressão musical de protesto, com uma linguagem que os jovens conhecem e tratando de assuntos do cotidiano, não de maneira passiva mas incorporando um discurso transformador que explicita a necessidade de mudanças. Estas características justificam, em grande parte, a trajetória do rap, que vem crescendo e ganhando força na periferia, no segmento jovem e pobre de sua população. Torna-se assim uma forma pacífica de protesto, que ajuda na formação das novas gerações e fazem com que estas tenham uma perspectiva de futuro melhor.

Esta idéia do movimento Hip Hop como uma alternativa positiva frente esta crise social contemporânea do país é muito bem sintetizada em um depoimento de um jovem,

morador da periferia da cidade de Fortaleza (CE) e integrante do movimento Hip Hop local:

*"Parar a violência , a gente tem consciência que não pára, que não dá para parar. Então o que se pode fazer hoje? Direcionar a violência. É como eu disse – ao invés de estar lá, dando minhas "porradas" todas, gritando não sei nem com quem, eu agora direcionei minha rebeldia para outro troço assim, onde eu vi que tinha resultado, tinha conseqüência"(...). Não podemos continuar nos matando uns aos outros, sem emprego, sem escola, sem transporte, sem saneamento. Veja, sem p\*\*\* nenhuma na área deles e os caras se matando"*  
Depoimento extraído de Diógenes (1998:133).

Dentro do contexto da Região Metropolitana de São Paulo, é de interesse deste trabalho expor a seguir as origens do Movimento Hip Hop, para então situar o rap – expressão mais crítica deste movimento cultural/social – especialmente pelo fato da região ser o cenário onde os primeiros passos para a articulação do movimento no país foram dados. Trata-se também da região de maior concentração industrial brasileira – onde a violência e o desemprego juvenil mais se destacaram nos anos 90 no Brasil.

## Capítulo III

### 3.1. As origens do Movimento Hip Hop

O movimento Hip Hop originou-se nos EUA no final dos anos 70, mais especificamente na região do Bronx em Nova York, envolvendo culturalmente jovens negros e latinos através da música – com o rap-, da dança - com break- e das artes visuais – com o grafite.

Estes elementos já se encontravam presentes nos guetos das cidades norte-americanas da época, mas de maneira dispersa. Era comum entre os jovens dançar o *break* e grafitar, mas apenas com a introdução da música, o rap, que estes três elementos artísticos se fundiram e constituíram um movimento, o movimento Hip Hop. A partir desta união, tanto o *break* como o grafite passaram a ter também um significado, um sentido.

A articulação dessas expressões remontam a década de 60, período politizado em que grandes líderes negros surgiram (como Martin Luther King e Malcon X) e fortes movimentos sociais que lutavam pelos direitos negros ascenderam, como os Panteras Negras.

A dança de forte impacto visual (o *break*), por exemplo, surgiu nos EUA na década de 60 como a forma que os jovens pobres norte-americanos encontraram para criticar a situação dos jovens soldados que se encontravam na guerra do Vietnã, na sua grande maioria negros -os mutilados pelo conflito. O grafite- caracterizado a partir dos anos 70 pela diversidade de tonalidades e cores utilizadas para pintar paredes e muros com temas sociais – foi a forma que as gangues juvenis encontraram para demarcar seus respectivos territórios urbanos, para evitar o conflito direto.

O relato musical do rap - abreviação para a expressão "*rhythm and poetry*" (ritmo e poesia) -, por sua vez, surgiu nos bairros pobres da Jamaica, também nos anos 60, a partir do improvisado de poemas falados em cima de antigas músicas negras, caracterizando uma espécie de canto- falado. Foi introduzidos nos EUA pelo jamaicano

Kool Herc é organizado pelo DJ<sup>6</sup> negro Afrika Bambaataa, onde se desenvolveu como alternativa de diversão para os jovens pobres<sup>7</sup>. Nas origens do rap nos EUA, os rappers e os MC's são tidos como herdeiros da radicalidade dos Panteras Negras e influenciados pela memória daqueles grandes líderes negros, assassinados ainda nos anos 60.

Os EUA na década de 70 passavam por transformações econômicas que afetaram a vida da comunidade negra e latina, e prejudicaram a perspectiva dos jovens em relação ao mercado de trabalho e à moradia. Estas transformações implicaram na redução da oferta de empregos – com uma elevação dos números de empregos no setor de serviços e uma redução no setor industrial - e na exigência de novas qualificações pelo mercado de trabalho - situação muito semelhante à da região Metropolitana de São Paulo nos anos 90. A esta reestruturação da economia norte-americana, somava-se a redução de fundos federais para a área social (que se iniciou na era Reagan) e as ameaças às conquistas alcançadas pelos negros no campo dos direitos civis.

Em Nova York, uma grande cidade industrial dos EUA, os efeitos negativos da reestruturação da economia foram particularmente acentuados, e se fizeram sentir no cotidiano dos bairros mais pobres da cidade – o Bronx, por exemplo - pelo fortalecimento das gangues, do tráfico de drogas e da violência urbana. No Bronx, bairro que concentrava grande parte da população negra e latina de Nova York, os jovens enfrentaram esta crise no plano cultural, através das manifestações culturais surgidas na rua – o rap, o grafite e o break – articulando as origens do movimento Hip Hop. Para a

---

<sup>6</sup> DJ (Disk Jockey): pessoa que comanda equipamentos eletrônicos de som.

<sup>7</sup> No decorrer deste trabalho, as particularidades do rap serão explicitadas, assim como o papel dos MC's e dos rappers na construção do conteúdo crítico das mensagens transmitidas pelas letras das músicas.

grande maioria dos jovens integrantes deste movimento, a redução do emprego era uma questão latente e difícil de ser enfrentada.<sup>8</sup>

A arte surge então não apenas como canal de denúncia e crítica, mas também como uma forma de busca de alternativa (positiva) no plano mais imediato guiada pelos jovens, vítimas diretas dos efeitos negativos decorrentes das mudanças sócio-econômicas.

O movimento Hip Hop é ainda hoje considerado como uma expressão da cultura de rua, uma cultura que, originalmente, se apoiou na rede de vizinhança, nos grupos de amigos, nas posses<sup>9</sup>, nas festas de rua, que nos anos 70 dominavam a região do Bronx.

A principal característica da cultura Hip-Hop – e também o que justifica sua difusão em diferentes cidades e períodos, e não apenas a experiência do Bronx - é o fato de se encontrar imersa na experiência local como referência para a interpretação artística, para a busca de soluções e ações coletivas para os problemas e dificuldades encontrados pela população local.

### **3.2. O rap**

Dos três elementos que compõem o movimento Hip-Hop, o rap- abreviação para a expressão "*rhythm and poetry*" (ritmo e poesia) – foi o que mais se destacou como o centro expressivo de uma cultura de resistência. O rap busca retratar as dificuldades que os jovens de periferia dos centros urbanos sofrem no seu cotidiano – problemas relacionados à violência policial, às drogas, ao preconceito racial -, temas tratados nas letras e referenciados na experiência pessoal e direta dos rappers.

---

<sup>8</sup> Segundo Silva (1998: 34), as transformações no perfil da cidade são freqüentemente citadas em trabalhos sobre o tema, como razões de ordem estrutural relacionadas ao surgimento do movimento Hip Hop.

Esta expressão musical é caracterizada pelo ritmo acelerado e pela quase inexistência de melodia e harmonia com letras, em gerais longas e de alto teor político-social, interpretadas entre o limiar de cantar e recitar. As letras são um misto de crônica do gueto, convocação dos iguais e desafio à polícia relatados de modo a fixar e explicitar os preconceitos raciais e sociais em relação à periferia e seus moradores. É executado, em regra, por um DJ que cuida dos efeitos especiais obtidos pelas mixagens, ao lado do MC (Mestres de Cerimônias), que se encarrega do texto.

De um modo geral, o fato do foco das letras de rap ser a periferia, promovendo uma leitura crítica da realidade social, possibilitou que as transformações urbanas nos anos 90 fossem registradas pelos rappers- interpretes do processo de transformações da vida urbana

### **3.3. O caso brasileiro**

Nos anos 90, os EUA já não são mais o único reduto da cultura Hip Hop. Observa-se o interesse de jovens de origem turca na Alemanha, pelos descendentes de argelinos na França, pelos angolanos em Portugal, e no Brasil pelos jovens pobres da periferia das grandes cidades.

No Brasil o movimento surgiu em meados dos anos 80, na região Metropolitana de São Paulo (também ligado às comunidades de periferia e participando ativamente das comunidades locais). O movimento Hip Hop começa a aparecer através do break, quando o pernambucano Nelson Triunfo, pioneiro do movimento, dançava nas ruas do centro de São Paulo. Os mesmos jovens da periferia que freqüentavam os bailes de *black music*,

---

<sup>9</sup> Posses são associações locais de grupos de jovens com o objetivo de reelaboração da realidade conflitiva das ruas através da cultura e do lazer

ouviam James Brown e usavam o penteado *black power* dançando também o break, começaram a ter os primeiros contatos com o rap norte- americano e assim os primeiros grupos nacionais começaram a surgir, como Thaíde e DJ Hum e Racionais MC's. Acredita-se que produção cultural juvenil dos bailes de *black music* do final dos anos 70, início dos 80, alcançou continuidade através do movimento Hip Hop (Carmo, 2001).

Apesar de sua origem norte- americana, o rap alcançou destaque no país, especialmente no segmento da população jovem e pobre das regiões das periferias das grandes cidades. Isto porque o rap permite que jovens de outros contextos - e não apenas do seu contexto original, os EUA - questionem as formas de opressão que os atingem. A identificação dos jovens dos bairros de periferia de grandes centros urbanos com o estilo musical se deve à temática das letras – narram situações reais vividas por eles-, e à utilização da linguagem das ruas e favelas. De uma maneira geral, pode-se dizer que o rap se apresenta como a reação dos jovens da periferia aos processos sociais que os atingem de forma específica. São jovens pouco escolarizados que difundem sentimentos de necessidade de transformações individuais e coletivas através de seus versos “violentamente pacíficos”.

Os jovens de São Paulo se apropriaram desta prática cultural/social e passaram a promover uma leitura crítica da região, adaptada aos contornos locais, específicos. A Região Metropolitana de São Paulo, além de ser o cenário onde os primeiros passos para a articulação do movimento no país foram dados, é também a região de maior concentração industrial do país, onde a violência e o desemprego juvenil mais se destacaram nos anos 90.

Segundo Silva, o desenvolvimento do rap paulistano é consequência da ação dos jovens descendentes da segunda geração de migrantes residentes nos bairros de periferia na década de 90 e que passaram a experimentar novas formas de exclusão no

conjunto de São Paulo com o processo de reestruturação econômica brasileiro dos anos 90- segregação sócio-espacial, o desemprego, violência policial, preconceito racial.

É interessante notar que no caso brasileiro, no discurso dos rappers, o termo “periferia” é recorrentemente utilizado, não somente no sentido de referência geográfica, mas englobando o significado mais amplo de que pertencer à “periferia” implica em ser jovem pobre, negro, branco ou pardo, isto é, como forma de representar a experiência vivida pelos jovens socialmente excluídos (Silva 1998: 131).

Apesar das primeiras gravações de rap em São Paulo serem registradas no final da década de 80, foi a partir dos anos 90 que o movimento ganhou visibilidade e se expandiu como movimento cultural. É importante ressaltar também que desde anos 80, a produção musical do movimento Hip Hop vem se desenvolvendo de forma alternativa diante da grande indústria fonográfica, com a divulgação da produção musical sendo feita basicamente através de eventos desenvolvidos nos bairros da periferia - nas posses e nas rádios comunitárias -, mesmo com a visibilidade alcançada pelo movimento na década de 90.

## **Considerações Finais**

Para se ter idéia do impacto da violência sobre o jovem, observa-se que um retrato interessante é o movimento Hip Hop. Nota-se que a prática musical não é elaborada de forma independente das forças sociais. Associa-se um determinado gênero musical a um grupo social específico, o que não impede que o mesmo seja consumido por outras parcelas da sociedade.

O rap, além de ser um estilo musical, foi adotado como espécie de “auto-consciência” (expressão muito utilizada no discurso dos rappers) do processo social em curso. Em períodos de acentuadas transformações - refletidas na violência urbana, desemprego, tráfico de drogas, fragmentação das instituições familiares – o movimento Hip Hop, como um todo, apresenta-se como alternativa de lazer ao mesmo tempo que atua como um sistema orientador no processo social para a conscientização dos jovens que vivem nos bairros periféricos das grandes cidades.

Pelo fato dos jovens estarem mais abertos a ouvir aqueles que se encontram na mesma condição que eles, a música atuou como elemento fundamental na transmissão de mensagens junto ao segmento através de debates em torno de temas centrais no contexto da periferia: violência, discriminação racial, drogas, desigualdades de renda, discriminação social, carência de lazer, etc. Não se observa nestes jovens a permanência de uma atitude conformista diante destas dificuldades.

Há cerca de 4 anos atrás este movimento era forte mas restrito à periferia, atualmente conseguiu encontrar canais de diálogos com outras classes sociais, em grande medida, devido ao crescente interesse da mídia pelo tema. Nota-se o interesse crescente da classe média pela produção cultural produzida na periferia: tanto a produção artística vinda da periferia (o livro *Capão Pecado*, por exemplo, escrito por Ferréz um jovem morador do Capão Redondo) como a produção feita pela classe artística já estabelecida de camadas sociais superiores, que demonstram interesse pela produção e

pelo modo de vida de pessoas marginalizadas, vide o livro *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella e nos cinemas o filme *Cidade de Deus* de Fernando Meirelles e Kátia Lund.

A música, o cinema, a literatura são produções culturais que estão sendo utilizadas para falar sobre a periferia e que a periferia utiliza para falar de seus problemas. O rap é apenas uma destas formas de expressão e, assim como outros movimentos culturais populares fortes (como o rock e o punk, por exemplo), também sofreu pela relutância inicial dos grandes meios de comunicação em aceita-lo, ao torna-lo violento aos olhos do grande público.

Ainda sobre o estilo musical, ainda é preciso comentar a aproximação musical do rap com o funk – bases eletrônicas, *samples*, influência da música negra norte-americana. No movimento Hip Hop, a música (principalmente as letras) é ressaltada como veículo de informação e denúncia, enquanto que o funk destaca-se pela batida, pela base rítmica, com muito destaque em comunidades da periferia do Rio de Janeiro – enquanto a presença do movimento Hip Hop é muito mais forte na Região Metropolitana de São Paulo. Musicalmente, ambos têm a mesma origem, mas o rap se distancia do funk, na medida em que propõe uma inserção dos jovens da periferia na sociedade, através de um discurso politizado e extremamente crítico, propondo ações sociais de protesto e construção, além do questionamento das estruturas vigentes.

O movimento (cultural/social) Hip Hop impulsiona o desenvolvimento de uma identidade jovem negra muito mais delimitada e alicerçada também em valores tradicionais, como a cultura negra africana, além de introduzir conceitos como o de 'cidadania' e de perspectiva (positiva, construtiva) de futuro

Os rappers, em geral, vêem este papel do Hip Hop – de indicar um outro caminho para jovens de periferia mais vulneráveis à violência, cometer pequenos/ grandes delitos, etc – de maneira muito bem definida, que se destaca como tema central de muitas letras. Nota-se isto explicitamente no depoimento do rapper carioca MV Bill:

*“A minha luta mostra uma saída, mas eu não quero que (os meninos) achem que o favelado preto só pode sair da merda pela arte ou virando jogador de futebol. Eles têm que entender que é possível lutar pelo estudo. Que vencer é estudar, fazer uma faculdade, mudar para a Zona Sul, ter carro e uma casa. Eles têm de conseguir ocupar o espaço que agora é só do playboy”*  
(Carmo. 2000:187).

O rap, como já foi dito anteriormente, é um estilo musical com um discurso transformador e por isso ajuda na formação das novas gerações e faz com que tenham uma perspectiva melhor sobre o futuro. Assim como o *break* e o grafite, o rap especialmente utiliza uma linguagem acessível aos jovens de periferia e estabelece um canal de comunicação com estes jovens. Nas posses - associações locais de grupos de jovens com o objetivo de reelaboração da realidade conflitiva das ruas através da cultura e do lazer – temas como cidadania, violência, educação, educação sexual, são também discutidos com os jovens atraídos, inicialmente, pelos elementos da cultura Hip Hop. Atinge-se assim um público que as políticas públicas sociais não conseguem, ou que apenas no final dos anos 90 começaram a tomar conhecimento da dimensão da problemática da exclusão juvenil.

A partir daí, notou-se uma série de projetos sociais patrocinados por prefeituras tendo como tema central o movimento Hip Hop. Um movimento que se estruturou a margem das políticas públicas do Estado, mas que diante da crise juvenil explicitada nos anos 90 foi adotada por instituições públicas como um tipo de “política social” voltada para os jovens carentes.

A Prefeitura da cidade de São Paulo é um bom exemplo deste movimento de aliança com “projetos” que já se encontravam, de alguma forma, organizados em vários bairros periféricos e voltados para a cultura Hip Hop. Com a criação da Coordenadoria Especial da Juventude a prefeitura de São Paulo passou a realizar diversos projetos com temas relacionados ao universo dos jovens da periferia no ano de 2001. Entre estes projetos encontra-se o “Fala Mano” (em parceria com o SESC/São Paulo divulgando entre os jovens os elementos da cultura Hip Hop) e ajudou na organização da I Feira Cultural Itinerante do Capão Redondo (pela iniciativa de jovens do próprio bairro). A Coordenadoria participou também da organização (ao lado da ONG Ação Educativa) da I Semana da Cultura Hip Hop, que foi idealizada e realizada por várias posses de todas as regiões de São Paulo.

## **Bibliografia**

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis*. São Paulo, Editora Página Aberta Ltda., 1994.

CARDOSO DE MELLO, J.M. *Conseqüências do Neoliberalismo*. Economia e Sociedade nº1. Campinas. IE/Unicamp, agosto 1992.

CARDOSO DE MELLO, J.M. e NOVAIS, Fernando. *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*, in A História da Vida Privada no Brasil, vol.4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998

CARMO, Paulo Sérgio. *Culturas da Rebeldia – A Juventude em Questão*. São Paulo, Ed Senac, 2001.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da Cultura e da Violência – Gangues, Galeras e o movimento hip- hop*. São Paulo, Ed Annablume, 1998.

Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde ([www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br)), *Morbimortalidade de Jovens por causas violentas no Brasil – Uma análise dos anos 90*. 2002.

HENRIQUE, Wilnês. *O Capitalismo Selvagem- Um Estudo sobre Desigualdade no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas. IE/Unicamp, 1999.

QUADROS, Waldir. Relatório Final de Pesquisa: *Evolução da Ocupação e Desocupação por faixas etárias em São Paulo na Década de Noventa*. Campinas. IE/Unicamp, Dezembro 2002.

SILVA, José Carlos Gomes. *Rap na Cidade de São Paulo: Música, Etnicidade e Experiência Urbana*. Tese de Doutorado (IFCH/Unicamp). Campinas, 1998.

UNESCO- Brasil, *Mapas da Violência III: Os Jovens do Brasil*. Fevereiro 2002.

ZALUAR, Alba. *Para Não Dizer que Não Falei de Samba – Os Enigmas da Violência no Brasil*, in *História da Vida Privada no Brasil* vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos Não Vão ao Paraíso – Juventude e Política Social*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985.